

# **PRODUZIR PARA CONSTRUIR: O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CERÂMICA EM SÃO PAULO**

Natália Maria Salla

Departamento de História – Universidade de São Paulo

natalia.salla@usp.br

## Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar o desenvolvimento da indústria cerâmica na cidade de São Paulo e sua relação com o processo de urbanização paulistana, precedido por um longo período de dominação da atividade oleira. A suplantação desta última atividade econômica pelas grandes indústrias produtoras de tijolos e telhas – oriundos da argila vermelha, extraída das várzeas dos rios – relaciona-se além das diferenças de obtenção e emprego de capitais, ao próprio desenvolvimento urbano da capital. Apresentamos como se deu o desenvolvimento da atividade oleira na cidade até o fim do império e concentramos a discussão entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras da república, quando nota-se uma crescente preocupação na ordenação dos espaços urbanos e na regulamentação das atividades econômicas. A preocupação com a gestão urbana se deu concomitantemente ao significativo crescimento da cidade, já no último quartel do século XIX, e com o advento da república, notou-se uma maior preocupação por parte do poder público na regulamentação do desenvolvimento municipal. Assim, o presente trabalho buscou relacionar a produção cerâmica paulistana ao crescimento urbano, atentando para o desenvolvimento dessas indústrias, condicionado à demanda por materiais de construção e à gestão da municipalidade, que procurava organizar as atividades exploratórias. Além disso, concomitante às mudanças na organização política do Estado brasileiro, São Paulo tornou-se uma das mais importantes cidades do Brasil, concentrando os capitais industriais. Discutimos como a indústria de cerâmica localiza-se nesse processo. O desenvolvimento desse ramo econômico no final do século XIX e o conseqüente surgimento de indústrias de cerâmica justificam-se com as mudanças advindas no final do século XIX e início do XX, atrelados às novas mentalidades da república e ao processo de urbanização característico desse período. O crescimento paulistano, impulsionado pela expansão da economia cafeeira, contribuiu para grandes transformações na cidade, no final do século XIX e na primeira metade do século XX. A cultura do café intensificou o processo de urbanização e o investimento na industrialização, modificando a paisagem urbana. No final do primeiro quartel do século XX a produção oleira paulistana definhava, pois as grandes indústrias cerâmicas já estavam estabelecidas. A ocupação do urbano aumentara consideravelmente em relação ao início do século, estendendo-se por regiões nas quais anteriormente eram exercidas as atividades de extração de argila, como as várzeas. Ainda assim, ao longo dos primeiros trinta anos do século XX pequenas olarias e grandes indústrias dividiram o mercado consumidor de materiais de construção. Procuramos entender aqui como se instalaram e funcionaram as olarias e, posteriormente, as indústrias de cerâmica na cidade de São Paulo. Com isso, acreditamos contribuir para compreender a representatividade e a importância econômica e social que as olarias tiveram para o desenvolvimento urbano, tecnológico e humano da cidade. E, além disso, diminuir a distância com relação ao pouco que conhecemos desse ramo econômico significativamente presente em São Paulo e desaparecido ao ser substituído pelas indústrias de cerâmica.

Palavras-chave: industrialização, urbanização, cerâmica

## Abstract

This work aims to present the development of ceramic industry in São Paulo and its relation to the urbanization of São Paulo, preceded by a long period of domination of the activity potter. The superseding of that economic activity by large industries producing bricks and tiles - from the red clay, taken from the floodplains of rivers - is related to differences in addition to the collection and use of capital, the urban development of the capital itself. We present how was the development of the activity potter in the city until the end of empire and focus the discussion between the last decades of the nineteenth century and the early republic, when one notices a growing concern in the ordering of urban spaces and regulation of activities economic. The concern with urban management occurred concomitant with the significant growth of the city since the last quarter of the nineteenth century and the advent of the republic, there has been a major concern by the public authorities in the regulation of municipal development. Thus, this study sought to relate the pottery to the São Paulo urban growth, paying attention to the development of these industries, conditional on the demand for construction materials and

management of the municipality, which sought to organize the exploration activities. In addition, concomitant changes in the political organization of the Brazilian state, São Paulo became one of the most important cities in Brazil, concentrating its industrial capital. We discuss how the ceramics industry finds itself in this process. The economic development of the industry in the late nineteenth century and the consequent emergence of ceramic industries are justified with the changes brought about in the late nineteenth and early twentieth centuries, coupled with new attitudes of the republic and the urbanization process characteristic of this period. The growth in São Paulo, driven by the expansion of the coffee economy, contributed to major changes in the city in the late nineteenth and first half of the twentieth century. Coffee culture has intensified the process of urbanization and industrialization in investment, changing the urban landscape. At the end of the first quarter of the twentieth century the production potter languished, as the huge ceramic industries were already established. The occupation of the city had increased considerably compared to the beginning of the century, spanning regions which were formerly carried on clay mining activities, such as wetlands. Still, over the first thirty years of the twentieth century small brick kilns and large industries have divided the consumer market for building materials. We seek to understand how they settled here and ran the pottery and, later, the ceramic industries in São Paulo. Therefore, we believe contribute to understanding the representation and economic and social importance that the kilns had to urban development, technological and human resources of the city. And, furthermore, decrease the distance from the little we know this economic branch significantly present in São Paulo and disappeared to be replaced by ceramic industries.

## I. A atividade oleira na cidade de São Paulo dos tempos coloniais ao fim do império

A definição de cerâmica, do grego *keramikos*, que significa “de argila”, a rigor serve a todo material inorgânico não-metálico, obtido após a exposição a altas temperaturas. Diversos são, portanto, os materiais empregados na constituição de peças cerâmicas, sendo o principal deles a argila, em especial a vermelha (CHAGAS, 1997, p. 33).

A argila escura, ou o barro, que é o material empregado na feitura de tijolos, telhas e alguns tipos de louça produzidos nas olarias, empregados em edificações, e que nos interessa aqui, é encontrada em depósitos localizados nas várzeas dos rios. As jazidas desse tipo de argila formam-se com a deposição de sedimentos levados pelos cursos d’água na época das cheias dos rios. Com a diminuição da vazão as partículas de barro suspensas depositam-se ao longo das várzeas e são retiradas pelo homem para a confecção de peças cerâmicas (MASSEI, 2007, p. 230).

Para o presente trabalho interessam os materiais cerâmicos resultantes da extração da argila vermelha e empregados na confecção de objetos utilizados nas estruturas construtivas como a alvenaria de tijolos e as telhas e alguns tipos de louças utilizadas em edificações, resultantes do trabalho nas olarias localizadas nas várzeas dos cursos d’água, atividade de crescimento constante em São Paulo a partir do último quartel do século XIX e relacionado ao desenvolvimento urbano da cidade.

Empregado largamente na Europa antes do advento do concreto e das estruturas metálicas, o tijolo não teve grande uso na América logo no início da colonização. No caso da América Portuguesa o barro era empregado nos edifícios, mas não queimado em peças

cerâmicas, e sim na sua forma *in natura*, misturado a outros elementos que lhe dessem liga e sustentação, na forma da taipa de mão (pau-a-pique) ou em taipa de pilão. No entanto, é sabido que os povos indígenas do Brasil já produziam a centenas de anos pequenas peças cerâmicas, cozidas a lenha.

O desenvolvimento da indústria cerâmica no Brasil só ocorreu de forma significativa em meados do século XIX. Em São Paulo, o aumento no emprego de peças cerâmicas nas estruturas construtivas possibilitou significativo incremento para esse tipo de indústria. No entanto, o emprego da alvenaria de tijolos ocorreu tardiamente em São Paulo em relação às cidades do interior paulista e à Corte, no Rio de Janeiro, já no período imperial.

Nas fazendas de café paulistas desde meados da década de 1830 eram utilizadas peças cerâmicas para ladrilhar os terreiros de secagem do café e tijolos nas construções (LEMOS, 1985, p. 40). As peças eram produzidas em olarias dentro das fazendas, em pequenas quantidades para suprir as necessidades locais. No Rio de Janeiro a alvenaria de tijolos era presente desde a década de 1820, tendo sido registrada a mecanização das olarias já na década de 1850.

A produção oleira da cidade de São Paulo remonta aos tempos coloniais. Em 1575 a Câmara aprovou a constituição da olaria de Christovam Gonçalves para que fossem produzidas telhas de barro a serem utilizadas nas construções de taipa da vila (BRUNO, 1954, pág. 474). O registro da primeira edificação realizada em alvenaria de tijolos da cidade data de 1610. Fernando Alvares, primeiro juiz de ofício dos oleiros de São Paulo, produziu quantidade suficiente de tijolos para a construção do Pelourinho da Câmara. Apesar de pouco empregada até meados do século XIX, a alvenaria de tijolos permaneceu como uma técnica quase exclusiva dos edifícios e equipamentos públicos. Ainda assim, poucas construções eram completamente erguidas com essa técnica. A maior parte da produção oleira era empregada no calçamento das ruas e no ladrilhamento das igrejas, além das telhas, prática recomendada pela Câmara desde 1599.

Cabe acrescentarmos aqui uma breve observação sobre a organização da administração colonial da vila e, a partir de 1711, cidade de São Paulo, com vistas a complementar o entendimento acerca do papel do poder público na gestão municipal, que será tratada posteriormente, ao buscarmos compreender a regulamentação de sua urbanização no fim do império e no período republicano.

A Câmara seria durante a colônia e o império o principal órgão administrativo da cidade. O cargo de prefeito só foi criado em 1899, após um conturbado período de sete anos de Intendências Municipais – órgãos criados pouco depois da proclamação da república. No

império, os presidentes de província eram encarregados da gestão do território da Província de São Paulo, portanto não lhes cabia a administração apenas da capital.

Alguns órgãos para a administração das “indústrias” paulistanas foram criados durante o império. Em 1822 foi criada a *Sociedade Econômica a Benefício da Agricultura e Indústria da Província*, com incentivo de José Bonifácio. Alguns anos depois, em 1853, foram reunidas em torno da *Sociedade Auxiliadora de Agricultura, Comércio e Artes* 59 setores de diferentes profissões, agricultores e industriais, com vistas a racionalizar os recursos e os empreendimentos. Ainda assim a indústria de São Paulo “(...) não ia além da fabricação manual de algodões e lãs rústicos, de cunho artesanal e da produção de cerâmica, feitas em pequena escala por mestiços nos bairros quase fora da cidade” (MOTA, 2003, p. 10).

O tijolo, durante o século XVII, foi utilizado como material auxiliar na execução de arcos, abóbadas, paredes de guarda e pisos de várias pontes paulistanas e, a partir do século XIX comumente empregado em obras públicas como encanamentos de água, chafarizes, águas pluviais e esgotos, consequência de uma preocupação crescente com a salubridade e o abastecimento da cidade (ALAMBERT, 1993, p. 35).

O primeiro levantamento das olarias existentes na cidade de São Paulo foi feito por Daniel Pedro Muller em 1836. No estudo estatístico encomendado pelo governo provincial, o autor contou 38 olarias na cidade naquele ano. No capítulo dedicado às Artes e Offícios, Muller apenas cita a quantidade de oleiros registrados pelos poderes municipais, com a seguinte ressalva: “*Vai notada esta Tabela segundo o que se pode colligir dos assuntos enviados das Villas*” (MULLER, 1837, p. 244). Maria Luiza Marcílio, no entanto, nos fornece outro número para o mesmo ano: 40 fábricas registradas (MARCÍLIO, 1974, p. 130).

Alguns anos depois, em 1857, o **Almanack administrativo, mercantil e industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857**, contaria nove fábricas de telhas e tijolos atuantes. Dentre elas a “Viúva Andrade e Filhos”, que alguns anos mais tarde seria conhecida como Olaria do Bom Retiro, espaço identificado no documento como Várzea da Luz. As outras olarias estavam sediadas em Santana, no Tanque do Arouche, no Campo Redondo, na Freguesia do Ó, na Água Branca, na Barra Funda, na Penha e no Tatuapé.

Diferentemente do que ocorreu nas décadas seguintes, os proprietários das olarias citadas no **Almanack para o ano de 1857** eram comerciantes e membros abastados da sociedade paulistana. A banalização da técnica construtiva da alvenaria de tijolos e todo o contexto econômico e social paulistano no último quartel do século XIX modificariam esse caráter.

A obra de Galvão da Fontoura (FONTOURA, 1898, p. 87) ressalta a importância da inauguração da Olaria do Bom Retiro em 1859. Sabemos, no entanto, que a fábrica já existia em data anterior, tendo pertencido ao tenente-coronel Jerônimo José de Andrade, que adquirira a chácara do Bom Retiro em 1833. Após a sua morte, a olaria foi citada no almanaque de 1857 em nome de sua mulher e seus filhos. Ainda assim, a importância ressaltada pelo autor não deixa dúvidas de quão irrisória devia ser a produção oleira em São Paulo. E, além disso, em 1859 a Olaria do Bom Retiro já funcionava a vapor, o que permitia uma produção consideravelmente mais elevada em relação às pequenas olarias artesanais (BRUNO, 1954, p. 473).

Na década de 1860 a produção oleira já consolidada – excetuando os pequenos produtores da cidade, que eram a maioria – buscava mecanizar-se. O **Memorial Paulistano para o ano de 1866** de Azevedo Marques cita a existência de apenas três olarias na cidade naquele ano. Sabemos, no entanto que, apesar das dificuldades enfrentadas para o emprego da alvenaria de tijolos dado a escassez de material e a ausência de qualificação de mão de obra, existiam outras olarias atuantes na cidade, de certo com produção irrisória (FONTOURA, 1898, p. 87).

Mesmo assim, é possível notar nas atas municipais uma banalização do uso de tijolos em edificações públicas. A década de 1860 representa o período do auge da transição das técnicas construtivas na cidade, o início da mudança das mentalidades, o surgimento de uma mentalidade burguesa condizente com ascensão econômica. No caso de edificações particulares, é interessante apontar que os anúncios de venda de casas e chácaras a mudança na descrição das construções antes “casas de boa taipa”, passam a ser caracterizadas como “de gosto antigo”. Morse apresenta essa questão ao tratar do período entre 1820 e 1860:

*O aspecto exterior da cidade não tinha, certamente, piorado. Mas também não se tinha transformado apreciavelmente. E tanto os do lugar como os visitantes, impulsionados por novas esperanças, valores e idéias, aguardavam mudanças. Vestígios coloniais – arraigados e inquestionáveis em 1820 e cultivados como românticos em 1850 – eram, na década de 1860, inaceitáveis como arcaicos* (MORSE, 1975, p. 173).

O alto custo dos tijolos até meados da década de 1860 pode ser entendido como um dos motivos que não permitia sua máxima empregabilidade. No início da década de 1860 tem-se o registro das primeiras máquinas a vapor a fabricar peças cerâmicas nas olarias de São Paulo, o que possibilitou o aumento da produtividade. No entanto, permanecia a desconfiança na qualidade do material produzido e a dificuldade da sua aplicação. A consolidação do emprego de alvenaria de tijolos nas construções tanto públicas quanto particulares em São Paulo ocorreu durante a década de 1870. Verificou-se nesse período a significativa diminuição do

uso de técnicas mistas nas edificações, que ainda na década de 1850 continuavam a empregar a taipa, mas já utilizavam a alvenaria em alguns elementos das construções, como fachadas, adornos, etc.

Nesse período de transição das técnicas construtivas o número de edifícios na cidade não teve um aumento significativo. Bruno cita que em 1843 a cidade contava aproximadamente 1840 edifícios e em 1875, 2992. Já na década seguinte, em 1886, eram mais de 7000 (BRUNO, 1954, p. 920). Um dos motivos apontados pelo autor para tal incremento no número de construções da cidade nesse período foi a consequência da mudança no emprego dos capitais por parte da burguesia cafeeira. Com a quebra do Banco Mauá, ocorrida em 1875, a desconfiança nas instituições financeiras aliada ao crescimento urbano da cidade tornava a aplicação na construção de imóveis um uso mais interessante dos excedentes.

O período de transição das técnicas de construção na cidade de São Paulo é anterior ao seu significativo crescimento e ao advento da república. Durante o império as posturas municipais pretendiam regular o modo de ocupação urbana na cidade. E foi na década de 1870 que apareceram as primeiras exigências específicas à realização dos edifícios, como altura do pé direito, localização dos vazios e áreas de ventilação. Além disso, passou-se a haver maior preocupação com os espaços e edifícios públicos.

No entanto, mesmo o rápido crescimento da população entre 1855 e 1872 – relativamente ao período anterior, desconsiderando o rápido aumento das últimas duas décadas do século XIX – “(...) não significou a realização das promessas de eficiência material e embelezamento da cidade.” (MORSE, 1975, p. 172).

## II. A constituição do poder público municipal na virada do século XIX para o XX e sua relação com a urbanização paulistana

O estudo das políticas de gestão da cidade implantadas no final do século XIX e início do XX contribui para a análise histórica e a reflexão sobre as mudanças vivenciadas pela sociedade e para a avaliação da estruturação dos mecanismos institucionais, explicitando os ideais e os valores que imperaram no pensar a cidade, espaço de atuação de interesses do capital e das dinâmicas sociais proferidas por diferentes agentes (SCHERER, 1987, p. 64).

Apresentaremos aqui de que forma entre o fim do império e os primeiros anos da república, o Estado tentou atuar frente ao crescimento da cidade de São Paulo, elaborando normas na busca de uma gestão racional do crescimento incessante, especialmente a partir do último quartel do século XX.

Durante o império a Câmara continuou sendo o principal órgão administrativo da cidade, apesar de algumas tentativas de centralização. A Constituição de 1824 procurou propiciar certa autonomia para as Câmaras, apesar de na prática estarem subordinadas às Assembléias Provinciais e da dependência financeira. Essa situação não explicitava os meandros das decisões tomadas, pois as definições sobre as intervenções urbanas se desenrolavam nas próprias Câmaras (ROLNIK, 2003, p. 18).

Apesar da autonomia e de, na prática, as ações de gestão das cidades ocorrerem no âmbito municipal, a Carta de 1824 estabelecia que as Câmaras deveriam elaborar as posturas municipais, caracterizando uma nova mentalidade surgida com a Independência. O primeiro esboço de planejamento da capital foi determinado em 1844, caracterizando-se mais como um zoneamento simples, que dividiu a cidade em quatro áreas, definidas por estradas principais, a partir do centro, ligando-se a outras estradas numa distância de dez léguas (MOTA, 2003, p. 241). Antes disso, em 1831 a Câmara publicara as primeiras posturas, revistas em 1836.

Os Códigos de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo datam de 1875<sup>1</sup>. O surgimento das posturas e, portanto, o cumprimento das leis imperiais – que anteriormente já havia sido levado a cabo, em uma e outra normativa, mas sem o caráter regulador dos Códigos de 1875 – se relaciona ao desenvolvimento e crescimento da cidade e ao incremento construtivo do período (BRUNO, 1954, p. 920).

Uma das causas para o aumento no número de construções na década de 1870 – e a conseqüente preocupação da Câmara em regulamentar as normas de uso e ocupação do solo em 1875 – foi a quebra do Banco Mauá e, com isso, a aplicação dos capitais excedentes de produção por parte da burguesia cafeeira em habitações.

Um conjunto de motivos pode ser apresentado para compreendermos esse incremento: a preocupação com certa regulamentação urbana frente ao aumento populacional – significativo no período, mas não comparável com as duas últimas décadas do século XIX; a mudança das mentalidades da burguesia cafeeira e dos administradores, que buscavam uma forma de melhor gerir o crescimento da cidade; as ações provinciais na capital, dado que desde 1867, com a inauguração da estrada de ferro, do interior ao porto de Santos, a cidade – que já apresentava um caráter de centralização em relação ao território da então Província de São Paulo – consolidou seu papel de centro urbano importante para o crescimento econômico do país, e demandava atenção por parte dos administradores da Província.

A primeira consolidação do Código de Posturas (1875) foi realizada pela Câmara em

---

<sup>1</sup>Os Códigos de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo (1875) descreviam padrões a serem seguidos na construção das edificações e na realização de intervenções urbanísticas.

1886, após uma série de discussões e incorporações ao texto prévio, resultado das novas práticas de gestão urbana alcançadas no espaço de uma década. Ainda que não houvesse uma burocracia significativa e as leis e normas estivessem dispersas, pode-se notar um avanço entre o Código e a consolidação (LEHMANN & MOIZO, 1991, p. 27).

A Câmara Municipal de São Paulo foi dissolvida em 1890, após a proclamação da república. O novo regime precisou antes organizar as instâncias administrativas do país e, com isso, a Câmara foi restituída apenas em 1892. A lei municipal nº1 criou um novo tipo de poder executivo municipal composto por um Conselho de Intendências. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário se reestruturaram e as províncias brasileiras passaram a estados membros da Federação, adquirindo maior autonomia administrativa em relação ao Governo Federal. O Conselho de Intendências, composto por três Comissões nomeadas pelo Governador (Comissão de Contas, Orçamento e Justiça, Comissão de Obras e Datas e Comissão de Saúde Pública, Matadouro e Cemitério), passou a assumir a Administração Municipal de São Paulo, em 1890.

Dois anos depois, com a restituição da Câmara, foram instaladas quatro Intendências (Justiça e Polícia, Higiene e Saúde Pública, Obras Municipais e Finanças). No período das Intendências a Câmara decretou uma série de normativas visando exercer maior controle sobre o crescimento da cidade. Essa estrutura se manteve por dois anos, sendo substituída por uma única Intendência, exatamente cinco meses após a sua promulgação. A instabilidade desta estrutura administrativa se manteve até o final de 1898, ano em que foi criado o cargo de Prefeito, em substituição ao Conselho de Intendência<sup>2</sup>.

A Intendência de Justiça e Polícia ficou encarregada da fiscalização dos rios da cidade e conseqüentemente das olarias que retiravam argila de seus leitos e margens (LEHMANN & MOIZO, 1991, p. 38). Em 1890 foi criada a Comissão de Saneamento dos Rios e Várzeas, dado que a eminente expansão urbana já havia ultrapassado seus longínquos limites ocupando mesmo áreas insalubres e desvalorizadas como as baixadas. O saneamento tornara-se então necessário.

O regime republicano alterou o papel dos municípios, ampliando as suas atribuições, mas a reestruturação administrativa não representou uma ruptura abrupta com as normativas

---

<sup>2</sup>Lei Municipal nº1 de 29 de setembro de 1892: Intendência de Justiça e Política: João Alves de Siqueira. Intendência de Higiene e Saúde Pública: Bráulio Joaquim Gomes. Intendência de Obras Municipais: Joaquim Franco de Camargo Jr. Intendência de Finanças. Lei Municipal nº21 de 22 de fevereiro de 1893: Intendência Municipal: Cesário Ramalho da Silva; Presidente da Câmara (Tesouro Municipal): Pedro Vicente de Azevedo; Vice Presidente da Câmara: Bráulio Joaquim Gomes. Lei nº374 de 19 de novembro de 1898, Ato nº1 de 07 de janeiro de 1899: Prefeito: Antonio da Silva Prado; Seção de Polícia e Higiene: Álvaro Teixeira Ramos; Seção de Justiça: Antonio Carlos da Rocha Fragoso; Seção de Obras: Victor da Silva Freire.

vigentes no império. Os Códigos de Posturas serviram de base para as novas medidas adotadas na administração pública, criando diretrizes para a regulamentação de padrões municipais e a realização das edificações. A estrutura burocrática do poder executivo refletiu a tentativa de normatização das instâncias administrativas. No período das Intendências, de 1892 a 1898, as intervenções urbanas foram exercidas com maior autonomia pelo poder municipal. Uma importante iniciativa de organização da área urbana na cidade consistiu na elaboração de novas plantas cadastrais do município, juntamente com a crescente concessão de alinhamentos para construção de imóveis.

O período imperial havia se caracterizado pela valorização da produção agrária em concordância com o sistema escravista. No começo do século XX, nas principais cidades brasileiras, os republicanos se dedicaram a discutir a importância das questões urbanas, defendendo uma ampla modernização do espaço (REIS FILHO, 2004, p. 139).

As normativas administrativas municipais mantiveram como base para as novas medidas organizacionais as antigas determinações imperiais. As exigências que os Códigos determinavam foram acrescidas de diversas outras, adquirindo proporções maiores no decorrer das duas primeiras décadas do século XX, servindo como parâmetros à administração pública e criando diretrizes para a regulamentação de padrões municipais de saneamento e regulamentação das edificações.

As mudanças políticas, econômicas e sociais do final do século XIX, os capitais gerados pela economia cafeeira e industrial determinaram transformações nas principais cidades brasileiras. A política higienista, que havia ampliado o campo de sua atuação no Brasil desde meados do século XIX, adquirira novo impulso com as formas de sociabilidade requeridas pela cidade capitalista. (CAMPOS, 2002, p. 35).

As inovações no âmbito urbanístico envolveram a realização de grandes obras nas duas principais cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro, tanto pela iniciativa privada como pelo poder público. Os republicanos dedicaram-se à discussão das questões urbanas, o que envolvia a modernização técnica e a reconfiguração social dos espaços da cidade.

A chegada da Estrada de Ferro São Paulo Railway, em 1867, ligando Santos à Jundiaí, incentivou o surgimento de pequenos núcleos de adensamento populacional ao longo da linha de trem. A modernização dos transportes com o aparecimento das linhas férreas ligando o interior ao litoral, juntamente com as linhas fluviais permitiram maior acesso a equipamentos importados para a realização das obras viárias e para o saneamento na cidade, além de facilitar o transporte do maquinário para a capacitação tecnológica industrial e o escoamento da produção.

### III. O desenvolvimento da indústria cerâmica paulistana

O desenvolvimento urbano paulistano no último quartel do século XIX é abordado por inúmeros autores com base na análise de diferentes aspectos que compõe a apreensão do tema. É ponto passivo entre todos que estudam o fenômeno da urbanização de São Paulo a composição entre três condicionantes fundamentais: a abolição da escravidão, a instauração do regime republicano e o surto de industrialização. O último desses fatores deve ser apresentado com as devidas ressalvas, pois o crescimento mais significativo de São Paulo nas duas últimas décadas do século XIX foi anterior ao surto industrial, notadamente a partir da década de 1920.

O deslocamento de capitais e da mão-de-obra do campo para a cidade são as principais conseqüências apontadas pelos estudiosos da urbanização paulistana, além das mudanças no cenário político após a proclamação da república. Todos esses elementos permitem que as pesquisas sobre o desenvolvimento paulistano tracem inúmeras relações entre todas as condicionantes, econômicas, políticas, sociais, entre tantas outras.

Importa-nos compreender como essas condicionantes permitiram o crescimento urbano, favorecendo o desenvolvimento da atividade oleira e da indústria cerâmica. Diversas mudanças se fizeram presentes na cidade de São Paulo nos últimos anos do século XIX. As demolições e novas construções e a valorização fundiária e imobiliária ocorreram concomitante à produção e apropriação dos novos espaços. A emissão dos capitais advindos da cafeicultura esteve expressa na onda de construções da cidade, como quando o Banco União de São Paulo, por exemplo, fundado em 1890, passou a investir na indústria de materiais de construção, com vistas ao embelezamento da cidade, e nas atividades imobiliárias (PEREIRA, 1988, 75).

As mudanças técnicas na realização das construções foram condicionadas por inúmeros fatores, como o emprego de capitais, a mudança das mentalidades, sobretudo da elite, que demandava uma nova forma de morar, *urbana, moderna*, as inovações tecnológicas, a utilização de máquinas na confecção de materiais e a importação de outros que até então não eram fabricados nacionalmente e, ainda, a mudança da mão-de-obra empregada na construção civil depois da abolição da escravidão, o que resultou em uma nova forma de remuneração e de relação de trabalho.

O impulso da expansão da economia cafeeira e dos investimentos nos setores industriais propiciou transformações na cidade de São Paulo, nas décadas finais do século

XIX e no começo do século XX. A cultura do café intensificou o processo de urbanização e a ampliação nos setores de serviços, modificando a paisagem urbana (GLEZER, 2007, p. 167).

A década de 1870 é entendida pela maior parte dos autores que tratam do crescimento e do desenvolvimento urbano de São Paulo como o período do início desse processo. Afora as Posturas do período imperial, em certa medida incorporadas à legislação maciça notada após a proclamação da república, é significativo apontar que também na década de 1870, antes da ascensão dos republicanos e do expressivo crescimento paulistano no século XIX – concentrado nas últimas duas décadas –, as leis elaboradas pela Câmara passaram a considerar o espaço urbano delimitado imaginariamente, importando-se com uma gestão racional e consciente do crescimento já instalado e do que estava por vir.

A década de 1870 caracterizou-se pela ascensão definitiva da técnica da alvenaria de tijolos sobre a taipa de pilão, o fim de um período de utilização de técnicas mistas de construção, iniciado por volta de 1850. O crescimento significativo da cidade deu-se nos anos finais do século XIX, quando a alvenaria de tijolos já era empregada de forma expressiva na cidade. E isso teve conseqüências para produção oleira. O processo de mecanização de algumas olarias e, portanto, do surgimento de indústrias cerâmicas em potencial, ocorreu antes mesmo do abandono no emprego de técnicas mistas nas edificações.

E mais, ainda que o Código de Posturas de 1875 não representasse um significativo avanço para a gestão da cidade, estivesse atrelado a valores próximos de uma cidade estática, fora aquela normativa que primeiro recomendou o uso de materiais impermeáveis na edificação das construções, o que se entendia, fossem feitas em tijolo ou pedra, não mais em materiais úmidos como a argila *in natura* empregada nas construções de taipa.

Nos últimos anos do século XIX pequenas fábricas de tijolos, por vezes manuais, participavam do mercado de peças cerâmicas juntamente com grandes fábricas mecanizadas e com alta produtividade: “(...) *ao lado dessas indústrias, as pequenas oficinas de trabalhos manuais, que vinham por certo de tempos remotos (...) indústrias modestas e quase sempre caseiras*” (BRUNO, 1954, p. 1175).

Na década de 1870, São Paulo contava 31 mil moradores. Apenas três décadas depois, a população da cidade chegava a 239 mil habitantes (GLEZER, 2007, p. 169). Um incremento significativo, visto que entre 1855 e 1872 esse número apenas havia dobrado. Nos últimos anos do império a administração local tentou controlar o crescimento urbano, revisando as posturas municipais, determinando as regras para a ocupação dos terrenos e a construção dos edifícios.

Os almanaques comerciais da década de 1880 mostram um significativo incremento da produção oleira. Em 1883 foram registradas 41 olarias, no ano seguinte, 37, e em 1885, 43, concentradas em sua maior parte na Barra Funda, no Tatuapé, na Água Branca e em Pinheiros, além do Pari e do Catumbi (próximo ao atual bairro do Belém), áreas mais próximas ao centro da cidade. Curiosamente, em 1886 são citadas apenas duas olarias, uma na Água Branca e outra no Bom Retiro – e esta não era a Olaria do Bom Retiro, que sabemos existiu até pelo menos 1891 e em 1896 foi proibido o funcionamento de olarias naquele bairro, no Catumbi e nas áreas edificáveis do Pari. Poucos anos depois, no levantamento de 1891, o almanaque editado naquele ano contou 57 olarias atuantes em São Paulo. Imaginamos, portanto, que o arrolamento de 1886 não deva ser considerado para efeito de representação da produtividade oleira paulistana naquela década.

São Paulo aumentou física e populacionalmente antes de se tornar eminentemente uma cidade industrial, após quase duas décadas de crescimento vertiginoso. Associamos comumente a idéia do desenvolvimento urbano paulistano à ascensão industrial, só ocorrida no início do século XX. Isso pode ser explicado pelo próprio conceito de indústria, naquele primeiro período mais abrangente, abarcando o que hoje entendemos por serviço:

*Nos relatórios de 1900, o que encontramos é uma cidade de serviços, não industrializada. Inclusive porque o conceito de indústria era estruturalmente diferente: oficinas de velas, chapelarias, fabricantes de carruagens, todas fabricavam coisas, eram industriais. As poucas indústrias que existiam em 1900 não explicam o crescimento e a sobrevivência da população (GLEZER, 2007, p. 182).*

A autora relaciona o crescimento espacial e demográfico de São Paulo a outros dois processos, a definição da área urbana e a mudança do padrão de ocupação urbana, associados ao caráter estratégico da cidade, entroncamento de rotas comerciais e, posteriormente, das estradas de ferro. O aumento da área urbana e a diminuição da zona rural permitiram que a população se dispersasse e muitas áreas vazias se formassem próximo às regiões consolidadas, o que resultou na prática da especulação fundiária.

Dentre os motivos citados por Pasquale Petrone que explicam o crescimento de São Paulo estão, além do desenvolvimento industrial, o desenvolvimento econômico do Estado e da função comercial paulistana, junto à representatividade político-administrativa, que assegurava para a capital a fruição de seu próprio prestígio.

O autor propõe uma periodização para o estudo do desenvolvimento de São Paulo tomando por base o estudo de Eurípedes Simões de Paula, que atribuiu ao governo de João Teodoro – Presidente da Província entre 1872 e 1875 – o período da segunda fundação da

cidade. Petrone caracterizou o que teria sido a “terceira fundação” durante as gestões de Antonio Prado e Raimundo Duprat (ainda nos primeiros anos do século XX), dado o desenvolvimento expressivo do período, suas “transformações urbanísticas” e “melhoramentos”:

Para Flávio Azevedo Marques de Saes a mudança na economia paulistana deu-se na virada do século, caracterizando-se o ano de 1900 como um ponto de inflexão nos estudos sobre a economia da capital, quando a cidade adquiriu feições de uma economia industrial e torna-se a principal e mais dinâmica cidade do Estado (SAES, 1990, p. 33).

O primeiro surto significativo do crescimento industrial paulistano só ocorreu em meados da década de 1920. Pasquale Petrone aponta que em 1918 a cidade de São Paulo possuía menos de dois mil estabelecimentos fabris e 14 anos depois, em 1932, cerca de 2100 indústrias. No entanto, em 1947 já possuía doze mil fábricas e, no período de elaboração de seu texto, **São Paulo no século XX**, de 1955, a capital apresentava vinte mil estabelecimentos. Ainda assim, antes da década de 1930, São Paulo já se consolidara como maior centro industrial da América do Sul.

Nos estudos de Henri Levebvre sobre o espaço urbano o autor defendeu a industrialização como o ponto de partida para a compreensão do caráter urbano moderno, pois a cidade preexiste à industrialização, não é esse fenômeno que explica sua gênese quanto ao crescimento das cidades anteriores ao desenvolvimento industrial, ao contrário das cidades modernas fruto, para Levebvre, desse fenômeno (LEVEBVRE, 1969, p. 11).

Antônio Bandeira Junior enumerou em **Industria no estado de São Paulo em 1901**, 108 fábricas, das quais 94 têm seu ano de fundação citados. Destes, apenas quatro eram anteriores a 1870 e 41, fundadas entre 1870 e 1890. Um número significativo para uma data anterior ao crescimento físico, demográfico e mesmo industrial paulistano, e mais de um universo parcial de indústrias levantadas, como bem faz a ressalva do próprio Bandeira Junior.

O caso de produção oleira é interessante, pois no início do século XX era tratada por alguns autores como indústria e por outros como atividade artesanal, não constando assim das estatísticas industriais elaboradas. O Censo Industrial de 1907, documento parcial que podemos contrapor ao também parcial levantamento de Bandeira Junior, não cita a produção oleira paulistana, enquanto o segundo aponta a existência de três fábricas dedicadas à produção de materiais cerâmicos na cidade de São Paulo e em suas proximidades, a *Sensaud De Levaud e Co.*, a fábrica dos *Irmãos Falchi* e a *Companhia Melhoramentos*, localizada em

Caieiras, já fora dos limites paulistanos, mas com produção de telhas e tijolos voltada para a comercialização na capital.

A obra de Bandeira Junior tornou-se referência para os estudos acerca da produção industrial paulista em diversos gêneros. O autor descreve a produção cerâmica de São Paulo de forma sumária, diferenciando as indústrias de cerâmicas vermelhas utilizadas nas estruturas construtivas – tijolos, telhas, manilhas, etc. –, as cerâmicas brancas – como as louças e faianças – e as vidrarias, estas últimas duas fábricas concorrendo com a importação que até meados dos anos 1910, anterior ao estopim da primeira guerra mundial na Europa, prejudicava o pleno desenvolvimento da atividade em São Paulo.

Das três indústrias de cerâmica vermelha citadas por Bandeira Junior duas, os *Irmãos Falchi* e a *Companhia Melhoramentos* não produziam exclusivamente artefatos dessa espécie. A primeira fábrica, localizada na Vila Prudente, foi fundada em 1890, contígua a estação Ipiranga da antiga estrada de ferro da *São Paulo Railway* – que ligava a cidade de Jundiá a Santos e cruzava parte da capital margeando o rio Tamanduateí. Os fundadores Emigdio, Pamphilo e Bernardino Falchi organizaram o loteamento e edificaram uma vila operária que deu origem ao atual bairro, batizando-o em homenagem ao então presidente de São Paulo, Prudente de Moraes, como explica o autor:

A fábrica de cerâmica ocupava uma área de mais de mil metros quadrados e deu origem a todos os outros investimentos dos *Irmãos* – outras fábricas, lojas e uma instituição bancária. Contava com três minas de argila localizadas na várzea do rio Tamanduateí e, nas palavras de Bandeira Junior “(...) *todo producto ceramico desta procedencia, se não é o melhor do Brazil, é um dos melhores por sua natureza especial, sendo certo que é superior ao melhor importado*” (BANDEIRA JUNIOR, 1901, p. XIX), dentre telhas e tijolos; além disso, empregava, em 1901, 70 homens, sendo apenas 10 brasileiros.

A *Companhia Melhoramentos de São Paulo*, propriedade de Antonio Proost Rodovalho – importante membro da sociedade paulistana à época – produzia além de tijolos, telhas e manilhas também papel, cal, pedras para cantaria, paralelepípedos, pó de pedra para fabricação de vidros e outros materiais resultantes da extração de suas pedreiras. A fábrica começou a funcionar em 1883 em Caieiras, próximo a capital e lá foi edificada uma significativa vila operária que em 1901 contava mais de mil moradores.

A *Sensaud De Levaud e Co.*, localizada em Osasco, foi fundada em 1899 e fabricava materiais cerâmicos para instalações sanitárias (de água e esgoto), além de tijolos para calçamento e telhas de “*Bourgogue e francezas*”, produzindo “*objectos eguaes aos de Bordallo, em Portugal, fabrica tudo quanto igual em grande quantidade, importa para*

*serviços de higiene e construções*” (BANDEIRA JUNIOR, 1901, p. XIX). Em 1901 a fábrica estava instalada em um terreno de mais de 300 mil metros quadrados e contava com mais de 150 operários, a esmagadora maioria estrangeiros; além disso, seu depósito geral de materiais situava-se no centro da cidade.

Os dois levantamentos do início do século XX – o estudo de Bandeira Junior e o Censo Industrial de 1907 – ressaltam-se por serem parciais, abrangerem somente os maiores estabelecimentos, de alguma forma consolidados. Bandeira Junior alega existirem fábricas escondidas “*em lugares que o público não vê*”, pequenas oficinas e ateliês que, apesar de não constarem das estatísticas e dos levantamentos disputavam o mercado consumidor com as grandes fábricas, “*porque seus custos fixos eram insignificantes, seus proprietários obtinham lucros apenas para a subsistência e porque os consumidores estavam interessados nos preços dos artigos*” (MORESE, 1975, p. 305). Com a produção oleira não foi diferente. Apesar do registro de importantes indústrias cerâmicas logo no início do século XX, as pequenas fábricas de telhas e tijolos continuariam a integrar parte significativa do mercado paulistano até meados da década de 1930.

Podemos afirmar que apesar do capital gerado pelo café não ter tido relação direta com o processo de instalação e de funcionamento das olarias paulistanas, foi essa renda aplicada na cidade que permitiu o estabelecimento de inúmeras pequenas fábricas de materiais cerâmicos (PEREIRA, 1988, p. 134). Bellingieri relaciona assim o capital cafeeiro ao advento da indústria cerâmica em São Paulo:

*O complexo cafeeiro, conceito utilizado por Cano, certamente produziu um excedente econômico que permitiu a constituição de uma infra-estrutura de energia e transportes essencial para a industrialização, o estabelecimento de um sistema bancário e o surgimento de um mercado interno para a indústria. (...). Em relação à origem dos capitais que financiaram a instalação das empresas cerâmicas paulistas, apesar de claramente esses investimentos não terem sido feitos por cafeicultores brasileiros, deve-se aceitar que a origem dos recursos estava ligada à economia cafeeira. (...). Na fundação da Santa Catharina, dos quatro sócios comanditários que entraram com os recursos financeiros, três tinham vínculos com fazendeiros de café<sup>3</sup>. Mesmo empresários que acumularam recursos fora da atividade do café (como artesãos e comerciantes, por exemplo), não se pode negar que só puderam fazê-lo em virtude da expansão do mercado interno gerado pela renda do café.* (BELLINGIERI, 2003, p. 7).

---

<sup>3</sup>A Fábrica de Louças Santa Catharina foi fundada em 1913 pelo italiano Romeo Ranzini, no bairro da Água Branca, e produziu desde o início louças brancas esmaltadas que muito diferenciavam-se das porcelanas de argila branca, não tanto pelo visual mas pela técnica e pelos materiais utilizados na sua confecção. Ainda sim alguns autores atribuem à Santa Catharina o pioneirismo na fabricação de louças consideradas mais elaboradas do que as simples louças de argila vermelha, louças de barro. Antes da fundação da Santa Catharina já existiam em São Paulo algumas fábricas de louças mais trabalhadas, confeccionadas em argila branca. As louças brancas, primeiro as porcelanas e com a fundação da Santa Catharina as faianças, disputavam o mercado com os artigos importados até o início da Primeira Guerra Mundial.

Para o autor, a origem dessa indústria está ligada a primeira grande fábrica de materiais cerâmicos a se instalar na cidade, o “*Estabelecimento Sacoman Frères*”, em 1893, fundada por quatro irmãos franceses naturais de Marselha, existente como Cerâmica Sacoman S.A. até 1956, desconsiderando as três grandes indústrias levantadas por Bandeira Junior. A diferenciação entre simples olarias e indústrias cerâmicas pode ser percebida mesmo já na década de 1890.

O autor afirma que àquele decênio a cidade já se caracterizava como o “*centro dominante do Estado em termos industriais, comerciais, financeiros e administrativos*” (BELLINGIERI, 2003, p.5). Parte daí a diferenciação apontada por diversos autores. As três indústrias citadas no levantamento de Bandeira Junior foram fundadas antes de 1900, ao mesmo tempo em que o **Almanach do Estado de São Paulo para o ano de 1895** e o **Almanach do Estado de São Paulo para o ano de 1896**, editados pela Companhia Industrial de São Paulo, apontaram apenas duas olarias existentes em São Paulo, sendo que nenhuma delas constava no estudo de Bandeira Junior.

Poucos anos antes, em 1891, o mesmo almanaque contara 57 olarias na cidade e não havia entre elas qualquer das recentes indústrias posteriormente citadas, apesar da separação entre “olarias” e “empresas de cerâmica”. E antes ainda, o almanaque de 1890, editado por Jorge Seckler, registrara apenas quatro olarias atuantes em São Paulo, duas no Bom Retiro, uma na Água Branca e uma no Cambuci. Nenhuma das fábricas foi citada pelo nome do proprietário, mas pelo nome da olaria. Assim temos na década de 1890 um levantamento realizado pela mesma editora que contou quase ano após ano um número diferente de olarias na cidade, quando não várias, pouquíssimas.

Para Bellingeri esse fato refletiria a paulatina separação entre produtores de materiais de construção mais simples – olarias, para tijolos e telhas – e de elementos mais “sofisticados” – indústrias cerâmicas, para manilhas, tubos, azulejos, potes, talhas, etc. No entanto mesmo as grandes empresas citadas como a Sacoman Frères, a Irmãos Falchi, a Sensaud De Levaud e Co. e a Companhia Melhoramentos de São Paulo, todas fundadas antes de 1900, produziram tanto os mais simples como os mais sofisticados tipos de materiais cerâmicos a partir da argila vermelha.

O que notamos ocorrer a partir da década de 1890 é, além da separação na produção cerâmica, uma estratificação na produção oleira. Com a consolidação de algumas fábricas, processo que só aumentaria com o desenvolvimento da cidade de São Paulo, as pequenas olarias continuariam a produzir pequenas remessas de tijolos e telhas, por vezes louças de barro, tubos e manilhas.

Todas, pequenas e grandes fábricas submetidas às regulamentações municipais, que antes mesmo da proclamação da república procuravam formas de organizar a exploração econômica das várzeas, depósitos naturais de argila, matéria-prima essencial e atividade econômica primordial para atender a demanda por construções na cidade.

As olarias necessitavam cumprir algumas regras estabelecidas pela Câmara para a extração de argila das várzeas da cidade dispostas nas Posturas de 1886. A principal delas fazia referência às propriedades varzeanas, exploradas pelos oleiros. O desconhecimento da titularidade de muitas áreas provocou na década de 1880 desentendimentos entre oleiros e administradores, visto que a Câmara reclamava para si muitos dos locais tidos por “terra de ninguém”.

A reabertura da Câmara Municipal em 1892 trouxe consigo uma nova divisão para o poder executivo municipal, que passaria a ser exercido por um corpo de Intendências. Dentre elas a de Justiça e Polícia, encarregada por meio do fiscal de rios a proteger os interesses municipais, especialmente nas áreas alagadiças da cidade.

O advento da república proporcionou uma profusão de leis e códigos que tentavam regular o crescimento e o desenvolvimento urbanos. Em São Paulo a primeira regulamentação referente à extração de argila das várzeas foi publicada em 1896, em cumprimento ao artigo 6º da lei nº130 de 23 de janeiro de 1895, que instaurara a Inspetoria de Justiça para a fiscalização dos rios da cidade.

Mesmo com as diversas mudanças ocorridas na divisão do poder executivo entre os anos de 1892 e 1899 – a extinção e reinstauração das Intendências – o cargo e as atribuições do fiscal de rios se mantiveram, e continuaram existindo após a instituição do cargo de prefeito. Em 1896 o fiscal de rios estava subordinado à Intendência de Justiça, Polícia e Higiene.

Pelo Ato nº01 de 10 de fevereiro de 1896 ficava encarregada aquela Intendência da expedição de licenças para a extração de argila das várzeas para confecção de cerâmicas. A existência do cargo de fiscal de rios demonstra a importância que esses elementos tinham para a cidade, inclusive para os cofres municipais, que taxara, desde o período das Intendências, as atividades varzeanas. Essa importância permaneceria até fins da década de 1930, antes do início efetivo da retificação do Tietê.

A necessidade de regulamentação do espaço urbano aumentava junto com os limites de ocupação da cidade. Não apenas os interesses do patrimônio municipal estavam em jogo, fazia-se necessário comportar em um mesmo espaço a exploração econômica e as demandas habitacionais. Em 1907 o fiscal de rios passaria a ser responsável também pelas várzeas.

Os primeiros indícios de degradação do rio foram apontados pelo fiscal de rios José Joaquim de Freitas no Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado em 1904, no qual o fiscal alertava que as várzeas eram imprescindíveis para o desenvolvimento da cidade, pois “*do seu leito [se] extraem a areia e o pedregulho, das margens, o tijolo e a telha.*” (JORGE, 2006, p. 25).

O Ato nº271 de 24 de julho de 1907 foi publicado com o intuito de consolidar os artigos dos *Códigos de Posturas* – ainda em prática nos primeiros anos do século XX – e leis que tratassem da exploração dos rios. O artigo mais relevante do Ato nº271 referia-se a proibição da instalação de olarias nas várzeas do Bom Retiro, do Catumbi e nas áreas edificáveis do Pari. Outro artigo relevante tratava da forma de extração da argila, a ser feita em valos, sem o esburacamento das várzeas, de modo a dar o escoamento necessário às águas dos rios. Ainda estendia as atribuições dos fiscais de rios, que passariam também a fiscalizar as várzeas a partir da decretação do Ato. As olarias foram reconhecidas como indústrias pelo poder público apenas em 1928, por meio do Ato nº2949, de 18 de julho.

O **Relatório da Associação Comercial de São Paulo de 1896** registrou algumas das características da produção oleira naquele ano. O documento citou a existência de duas olarias mecanizadas na cidade, que empregavam 15% do total de trabalhadores dos estabelecimentos que utilizavam motor a vapor (PEREIRA, 1988, p. 86). Podemos pensar, contudo, que os dados constantes no Relatório são incompletos, pois sabemos da existência de pelo menos quatro grandes fábricas de cerâmicas na cidade em 1896. O levantamento realizado pela Associação Comercial pode ter desconsiderado as pequenas olarias, mas não nomeia e estabelece diferenças entre estas e as indústrias de cerâmica, o que dificulta a compreensão sobre os dados levantados pelo Relatório.

A mecanização do processo de extração do barro, presente desde os últimos anos do século XIX e realizada de forma desmedida, provocou inúmeros problemas nas várzeas e no leito dos cursos d'água. Durante os primeiros anos do século XX aumentou a preocupação da administração municipal com o uso desmedido dos recursos naturais, como é visto nos relatórios de prefeito das décadas iniciais do período – ainda que mais nas propostas do que nas ações.

As discussões acerca do saneamento das várzeas e rios do município eram presentes desde meados da década de 1890. Ao mesmo tempo em que as várzeas e os rios ofereciam materiais indispensáveis à urbanização, fazia-se necessário realizar cada vez mais obras de saneamento para que a própria cidade pudesse crescer. Já no final do século XIX as olarias

disputariam espaço com a expansão urbana e as residências operárias, localizadas também nas áreas de várzea dos rios, lugares mais desvalorizados da cidade.

Além da argila, a exploração de areia ganhou espaço no século XX nas várzeas do Tietê. Esse tipo de atividade foi primeiramente notada na década de 1880, no rio Tamanduateí, e o material escavado do leito passou a substituir já nesse período os socavões de terra, saibro e tabatinga. O uso da areia como material de construção esteve relacionado a uma mudança de ordem técnica na realização das construções. O aumento no emprego do material ocorreu de forma significativa nas décadas de 1910 e 1920 quando o cimento passou a configurar como um importante elemento na edificação, e, posteriormente, a compor o concreto armado, técnica que passou a ser empregada largamente em São Paulo a partir da década de 1930, mas já utilizada desde meados da década de 1910 (LEMOS, 1985, p. 39).

O número de oleiros foi crescente em todo o primeiro quartel do século XX. De 62 profissionais registrados legalmente como contribuintes pela municipalidade em 1903 passaram a 263 em 1925. Entretanto, o número de licenças expedidas para extrair argila das várzeas nos mesmos anos foi decrescente: em 1906 – primeiro ano em que o número de licenças é registrado –, cinco licenças; entre 1915 e 1925 nenhuma licença foi expedida.

As implicações jurídicas relativas à propriedade das várzeas permeavam as discussões na Câmara desde o império. Integrava propriedades particulares, ao mesmo tempo as leis imperiais determinavam que as terras marginais fossem consideradas propriedades da marinha, e eram reclamadas pelo poder público municipal. Ainda assim, a primeira regulamentação federal dedicada à questão foi o Código de Águas de 1934, que determinou áreas pertencentes ao Estado, se necessário transferidos aos Municípios todos os cursos d'água, as regiões necessárias aos melhoramentos, como canalizações e retificações e os álveos abandonados resultantes desses mesmos melhoramentos. Até a incorporação dos artigos de Código de Águas às leis municipais, o que ocorreu em 1936, os tiradores de areia e argila aproveitaram-se das incongruências legislativas (SEABRA, 1987, p. 85).

A partir da década de 1930 o pedregulho, extraído junto com a areia passou a ser substituído pela pedra britada, o que acarretou o empobrecimento da atividade de extração, pois era o pedregulho e não a areia a mercadoria mais lucrativa. Ao mesmo tempo, o ingresso do grande capital na extração mecânica dos materiais por meio de dragas afastou os pequenos tiradores, que passaram a se dedicar somente ao transporte de mercadorias, aumentando a oferta no mercado de fretes (JORGE, 2006, p. 115).

A população paulistana aumentou mais de duas vezes nos primeiros vinte anos do século XX, como comprovou o recenseamento de 1920, que deu para a cidade 579.033

habitantes. O mesmo fenômeno já havia ocorrido entre 1870 e 1890. Porém, no final do século XIX, durante a sua última década, a população paulistana quadruplicou, fenômeno que não foi mais notado, até a década de 1950 (PETRONE, 1955, p. 145).

Ao caracterizar o crescimento urbano durante os anos de 1925 e de 1950 Petrone aborda a persistência de áreas vazias próximas aos centros urbanos consolidados – o que evidenciava a prática da especulação fundiária e a ocupação das várzeas, em processo de saneamento ainda na década de 1950, especialmente a várzea do Tietê, dado que a várzea do Pinheiros apresentava um processo de urbanização mais acelerado, para o autor, conseqüência da sua proximidade aos bairros-jardins planejados voltados para as classes sociais mais abastadas; para nós outra condicionante deve ser apontada nesse sentido, o processo de canalização do Pinheiros.

Os últimos anos da República Velha foram conduzidos em São Paulo por José Pires do Rio. Entre 1926 e 1930 as ações do poder público foram convergiram de forma diferenciada em relação aos anos anteriores. O novo prefeito, com uma visão planejada, agiu de modo a pensar o espaço urbano como um conjunto a ser tratado uniformemente. Uma de suas principais medidas foi a consolidação de todas as posturas municipais, publicadas irregularmente desde o período imperial e, mesmo nos anos iniciais da república, muitas das regulamentações eram incompatíveis entre si.

Por meio da lei nº3.427 de 1929 (posteriormente consolidada pelo ato nº663 de 1934, já no governo de Fábio da Silva Prado) Pires do Rio publicou o Código de Obras, conhecido e depois batizado oficialmente como Código Arthur Sabóia, instituindo e organizando todas as normas municipais referentes desde as construções particulares até os arruamentos municipais.

O novo modo de atuação pretendia, ao menos no planejamento, atender as mudanças significativas notadas na cidade desde os anos iniciais do século XX. O incessante crescimento populacional e territorial não era acompanhado pela legislação construtiva e pelas ações municipais, até então concentradas em resolver problemas pontualmente localizados

Entre 1928 e 1937, período em que foi elaborada a **Estatística Industrial do Estado**, a cerâmica se constituía como o setor com o maior número de fábricas e o terceiro em operários em São Paulo – atrás apenas das indústrias têxteis e de madeira. No entanto, o valor total das produções era irrisório para a economia estadual, em torno de 1,5% a 2%. As empresas de cerâmica vermelha apresentavam uma produtividade três vezes menor do que as indústrias de louças brancas, que dominavam, na década de 1930, metade da lucratividade do comércio de cerâmicas no Estado. As indústrias de louças brancas apresentavam-se em menor número,

mas produziam materiais mais sofisticados; além disso empregavam um maior número de operários do que as indústrias de cerâmicas vermelhas (BELLINGIERI, 2003, p. 10).

A **Estatística Industrial do Estado de São Paulo para o ano de 1931** classificou as indústrias produtoras de materiais cerâmicos em dois tipos: cerâmicas (louças de pó de pedra e de porcelana, vidros, espelhos e vitrais) e de preparação de materiais para edificações (tijolos, telhas, tubos, louças de barro, manilhas para esgoto, etc.). Estas últimas contavam naquele ano 268 fábricas no Estado de São Paulo, com capital total de 16.283:496\$000, a grande maioria, elétricas. Foram levantadas nove fábricas de preparação de materiais para edificações na cidade de São Paulo, sendo seis movidas a energia elétrica e três a vapor. A maior delas, a Américo Sammarone e Cia. Ltda, apresentava em 1931 um capital de 200:000\$000; a menor, a de Pellegrino Bedranici, 15:000\$000. O levantamento realizado pelo governo estadual e que resultou na referida Estatística não registrou as pequenas olarias, e sim apenas as grandes indústrias produtoras de telhas, tijolos e tubos de barro.

No ano seguinte, com a diminuição dos capitais mínimos para a inclusão das indústrias cerâmicas, de 10:000\$000 para 6:000\$000, apenas uma fábrica paulistana a mais foi registrada na Estatística; a vapor e com capital exato de 6:000\$000. Em 1933 outra mudança dos critérios de avaliação: separaram-se as fábricas de tubos e louças de barro (cerâmicas) das de tijolos (de preparação de materiais para edificações), além da diminuição novamente do capital mínimo para 3:000\$000. Foram registrados apenas sete estabelecimentos paulistanos comerciantes de telhas e tijolos. Entrava naquele ano no levantamento a Cerâmica São Caetano S.A., com capital de 2.798:000\$000, e que permaneceria como uma das maiores empresas de produtos cerâmicos do Estado de São Paulo.

Quanto às fábricas de tubos e louças de barro, foram registrados em 1933 dez estabelecimentos em São Paulo; o menor com capital de 10:000\$000 e a maior, em Osasco, contando 1.200:000\$000. Um ano depois, nova mudança nos critérios de registro das indústrias cerâmicas, quando fábricas de tubos e louças de barro e de tijolos e telhas voltam a ser tratadas conjuntamente. Foram apontados quatorze estabelecimentos, sendo o maior deles a Cerâmica São Caetano (capital de 2.200:000\$000) e o menor deles, a vapor, apresentando 15:000\$000.

Eugenio Egas em seu estudo intitulado **Os municípios paulistas**, de 1925, encomendado pelo governo estadual, não cita as olarias paulistanas na seção de “Indústrias” do levantamento. No capítulo que trata dos “Mineraes”, afirma que: “(...) *as varzeas que circundam a cidade contem grande deposito de magnifica argila para trabalhos cerâmicos.*” (EGAS, 1925, p. 466).

### **O Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1921**

citava a existência de catorze olarias e três fábricas de telhas francesas e ladrilhos entre São Miguel Paulista e Itaquaquecetuba. Não apontava naquele ano a presença de olarias a jusante do Tietê, em direção ao centro urbano, mas ainda assim afirmava que os materiais extraídos das margens do rio supririam quase todas as construções com tijolos da cidade.

A partir do final do primeiro quartel do século XX, a extração de argila deixou de se constituir como uma das partes do trabalho. Para as olarias cabia a produção dos materiais cerâmicos e aos barqueiros a extração dos materiais, fosse areia, pedregulho ou argila, e o transporte das manufaturas pelo rio aos centros consumidores.

A constituição de grandes indústrias de cerâmicas fosse de tijolos, telhas, louças de barro ou produtos mais elaborados, deu-se, como vimos, já no final do século XIX. Algumas dessas indústrias perduraram durante parte do século XX. Apesar da mecanização da produção e da inexistência, por vezes, das pequenas fábricas e olarias nas estatísticas industriais e nos levantamentos comerciais paulistanos, as olarias continuariam a ter um importante papel na produção dos materiais cerâmicos utilizados nas edificações (LEMOS, 1985, p. 42).

A partir da década de 1920, a gestão municipal enrijeceu as normativas sobre os recursos naturais, dentre eles a argila, extraída das várzeas dos cursos d'água, e a cobrança fiscal sobre os pequenos oleiros durante a década de 1920. A partir daí abriu-se um espaço significativo para o desenvolvimento de indústrias cerâmicas, agregado ao desenvolvimento tecnológico e ao emprego de capitais maiores que permitiram o aumento da produtividade das cerâmicas industriais. E ainda, a década de 1930 é tida pela historiografia como o momento de superação das indústrias de bens de capital pelas de consumo no Brasil, o que não nos parece ter grande influência sobre a produção de materiais construtivos na capital. No entanto, a valorização dos terrenos paulistanos, sobretudo a partir da década de 1940 certamente influenciou algumas dessas empresas, no sentido de expulsá-las das áreas centrais ou na concentração de capitais.

Podemos determinar, portanto, o nascimento da indústria cerâmica antes mesmo do processo de declínio das olarias, ora pela mudança em seu caráter produtivo, incluindo a mudança nas técnicas de produção, ora pelo desaparecimento de inúmeros produtores que não estavam vinculados às novas formas capitalistas de produção.

Os capitais gerados pelo café possibilitaram o enriquecimento de São Paulo e as conseqüências foram o crescimento e o desenvolvimento urbano da cidade. A industrialização paulistana é tratada pela historiografia como decorrente da circulação desses capitais e do

aumento populacional, notadamente de imigrantes estrangeiros. Podemos afirmar que, apesar do capital gerado pelo café não ter tido relação direta com o processo de instalação e de funcionamento das olarias paulistanas, foi essa a renda aplicada na cidade que permitiu o seu estabelecimento.

O número de edificações na capital paulista foi crescente durante toda a primeira metade do século XX – e também adiante. As significativas quedas no número de construções verificados em meados das décadas de 1920 e 1930 – crises cafeeiras em uma década e a crise de 1929 e tensões políticas no início da década de 1930 – não afetaram sobremaneira o incipiente mercado de materiais de construção.

Pudemos apresentar aqui a presença e a importância das pequenas olarias e, principalmente, a suplantação desse sistema de produção, como importante ramo industrial de produção de materiais para construção em uma cidade que saltou de aproximadamente 65 mil habitantes em 1890 para mais de 1 milhão e 300 mil em 1940. Entendemos que a partir do estudo deste ramo industrial, contribuimos para a compreensão do processo de urbanização paulistano:

*Houve o surgimento de uma indústria urbana, bastante solidária à economia urbana, tanto por suas origens como por suas tendências, à qual propiciou à cidade inesperadas energias. O estudo desse desenvolvimento industrial permite conhecer as principais causas do florescimento urbano (MONBEIG, ano, p. 66).*

#### IV. Referências bibliográficas

- BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. *Indústria no estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Typ. “Diario Official”, 1901.
- BELLINGIERI, Julio César. *A indústria cerâmica em São Paulo e a invenção do filtro de água: um estudo sobre a cerâmica Lamparelli – Jaboticabal (1920-1947)*. Araraquara: Dissertação de Mestrado em Economia, UNESP, 2003.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002.
- CHAGAS, Aécio Peres. *Argilas: as essências da terra*. São Paulo: Moderna, 1997.
- EGAS, Eugenio. *Os municípios paulistas*. São Paulo: Seção d’Obras do Estado de São Paulo, 1925.
- FONTOURA, Ezechias Galvão da. *Vida do Exm<sup>o</sup> e Revm<sup>o</sup> Sr. Dom Antônio José de Mello, Bispo de São Paulo*. São Paulo: Typographia Salesiana, 1898.
- GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.
- JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890/1940*. São Paulo: Alameda, 2006.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos Ltda., 1969.

- LEHMANN de Barros, Liliane Schrank; MOIZO, Rosana Pires Azanha. "Formação administrativa da Cidade de São Paulo 1554-1954". Revista do Arquivo Municipal, nº 199, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.
- LEMOS, Carlos. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1985.
- MASSEI, Roberto. *As inovações tecnológicas e o ocaso do oleiro: a mecanização das olarias em Ourinhos (1950-1990)*. São Paulo: Dissertação de mestrado, PUC, 2001.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo Povoamento e população 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1975.
- MOTA, Carlos Guilherme. "São Paulo: exercício de memória". São Paulo, Revista Estudos Avançados, volume 17, 2003.
- MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de São Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 14 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. São Paulo: Governo do Estado, coleção Paulística, vol. 1, edição facsimilada.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. *Espaço, técnica e construção*. São Paulo: Nobel, 1988.
- PETRONE, Pasquale. "A cidade de São Paulo no século XX". Revista de História, nº167, São Paulo, 1955.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo Vila Cidade Metrópole*. São Paulo, Takano Editora, 2004.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a Lei: Legislação, Política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.
- SAES, Flávio Marques de. "Economia". In: ELETROPAULO, *Evolução urbana da cidade de São Paulo (1872-1945) [introdução]*. São Paulo: Eletropaulo, 1990.
- SCHERER, Rebeca. *Descentralização e planejamento urbano no Município de São Paulo*. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU-USP, 1987.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Meandros de rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1987.